

Governo exige aval para redutor

Marcos Magalhães

A adoção de um redutor para preços e salários, sugerida ao presidente Fernando Collor pelo governador paulista Luiz Antônio Fleury Filho, só será adotada pelo governo se vier acompanhada da indicação de interlocutores confiáveis entre os empresários que garantam a contenção dos preços.

Esta é a avaliação de técnicos da equipe econômica, que vêem na proposta de redutor — desde que acompanhada de um amplo pacto social — a única saída para reverter as expectativas de índices cada vez mais altos de inflação. Mesmo assim, o governo não pretende tomar a iniciativa de colocar a sugestão em prática: só a adotará se ela partir de um consenso da sociedade.

A adoção do redutor era bem vista pela equipe técnica do Ministério da Economia no momento em que se elaborava a atual política salarial, mas acabou esbarrrando na oposição do próprio ministro Marcílio Marques Moreira. A idéia ainda é vista com simpatia, mas também com muito ceticismo.

Técnicos do governo lembram que os salários já sofrem, de certa forma, a aplicação de um redutor.

As antecipações bimestrais previstas em lei não têm acompanhado a evolução dos preços, e somente a cada quatro meses os salários são recompostos segundo a variação do INPC.

Para segurar os preços, no entanto, seria necessário alcançar um grande grau de consenso entre os empresários. Segundo os técnicos do Ministério da Economia, a aceitação de limites para os reajustes ainda está longe de se tornar realidade, uma vez que os efeitos da inflação ainda não seriam suficientemente convincentes da necessidade de mudança.

Caso seja adotada, a sugestão do redutor só poderia ser posta em prática através de alterações na própria lei. Para isto, seria necessária a aprovação no Congresso Nacional de instrumentos que previssem a aplicação de índices decrescentes tanto sobre preços como sobre salários.

Recomposição

Um pré-requisito para a aceitação da fórmula pela sociedade, apostam os técnicos, seria a recomposição geral dos salários antes do início da aplicação do redutor. O critério para essa recomposição ainda precisaria ser definido, mas certamente contaria com um per-

centual adicional aplicado sobre os salários médios do período escolhido.

Somente desta forma, prevêem os técnicos, seria possível evitar que categorias menos beneficiadas nas últimas negociações com os patrões sabotassem o plano, alegando que ele só melhoraria a vida dos que acabam de ter bons reajustes. A recomposição global garantiria um período inicial de tranquilidade para a implantação do redutor.

A aceitação da sociedade é considerada um ingrediente insubstituível para a implantação de um novo plano econômico. Assessores do ministro da Economia lembram que não há muita diferença entre fixar um índice de 10% e outro de 0% para a correção de preços e salários. Ambos necessitariam, para realmente entrar em prática, de consenso tanto entre empresários como entre trabalhadores.

Segundo o sistema proposto ao governo, os preços e salários seriam corrigidos por índices prefixados resultantes de uma diminuição pactuada da inflação passada. Desta forma, os índices da inflação voltariam rapidamente a apenas um dígito. Se os empresários garantirem que respeitarão os limites de reajustes, o governo compra a idéia.